

Informativo comentado: Informativo 845-STJ (*RESUMIDO*)

Márcio André Lopes Cavalcante

DIREITO ADMINISTRATIVO

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA

É possível aplicar normas supervenientes que modificam o percentual dos juros compensatórios em desapropriações para fins de reforma agrária, desde que a alteração legislativa ocorra após a imissão provisória na posse e antes do trânsito em julgado

ODS 16

Na desapropriação fundada no art. 184 da Constituição Federal, a legislação que entra em vigor no curso do processo judicial, após a imissão provisória na posse, modifica a taxa de juros compensatórios.

A taxa de juros compensatórios, nas desapropriações para fins de reforma agrária, observará os seguintes parâmetros, conforme a legislação vigente em cada período:

- De 9/12/2015 a 17/5/2016: 0% (zero por cento), nos termos do art. 15-A, § 1º, do Decreto-Lei 3.365/1941, com redação dada pela MP 700/2015
- De 12/7/2017 a 13/7/2023: percentual correspondente ao fixado para os títulos da dívida agrária depositados como oferta inicial para a terra nua, conforme art. 5º, § 9º, da Lei 8.629/1993, introduzido pela Lei 13.465/2017
- A partir de 14/7/2023: 0% (zero por cento), nos termos do art. 15-A, § 1º, do Decreto-Lei 3.365/1941, com redação dada pela Lei 14.620/2023

STJ. 2ª Turma. REsp 2.164.309-CE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 18/3/2025 (Info 845).

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A celebração e homologação judicial de acordo de colaboração premiada impede o ajuizamento de ação de improbidade meramente declaratória quanto aos fatos abrangidos pelo acordo, sob pena de violação à boa-fé, à segurança jurídica e à economia processual

ODS 16

João, servidor público envolvido em corrupção, celebrou acordo de colaboração premiada com o MPF, com anuência do MPE, comprometendo-se a devolver valores, pagar multa e cumprir pena, em troca de benefícios e colaboração nas investigações. Mesmo com o acordo, o MPE ajuizou ação de improbidade administrativa incluindo João, alegando que buscava apenas a declaração judicial de que ele praticou ato ímprobo, sem impor novas sanções.

O STJ entendeu que essa iniciativa do MPE viola os princípios da boa-fé objetiva e da proteção à confiança legítima, pilares das relações entre o Estado e o colaborador. Ao aderir ao acordo, o MPE assumiu o compromisso de respeitar seus limites, e permitir ação declaratória autônoma esvaziaria a eficácia do instituto da colaboração premiada, desestimulando novas delações e gerando insegurança jurídica.

A tentativa de ajuizar ação de improbidade com o objetivo exclusivo de declarar a existência de ato ímprobo praticado pelo beneficiário do acordo de colaboração premiada, sem imposição de sanções além daquelas previamente ajustadas, compromete a segurança jurídica, a previsibilidade do sistema e a eficiência das investigações, além de desestimular potenciais delatores, de maneira que o ajuizamento de ação declaratória nesses moldes não é compatível com a finalidade normativa da Lei n. 8.429/1992.

STJ. 1ª Turma. AREsp 1.927.679-RJ, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 11/2/2025 (Info 845).

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A conversão da ação de improbidade administrativa em ação civil pública (art. 17, § 16 da LIA) deve ocorrer antes da sentença, no juízo de primeiro grau

Importante!!!

ODS16

De acordo com o § 16 do art. 17 da LIA:

Art. 17 (...) § 16. A qualquer momento, se o magistrado identificar a existência de ilegalidades ou de irregularidades administrativas a serem sanadas sem que estejam presentes todos os requisitos para a imposição das sanções aos agentes incluídos no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública, regulada pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Essa conversão deve ocorrer no primeiro grau de jurisdição, antes da sentença, conforme interpretação teleológica e sistemática do dispositivo, com competência atribuída ao magistrado de primeira instância e decisão de conversão sujeita ao recurso de agravo de instrumento (§ 17 do art. 16).

STJ. 1ª Turma. REsp 2.139.458-SC, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 18/2/2025 (Info 845).

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O prazo prescricional da ação de improbidade por ato que também configura crime cometido por magistrado estadual é regulado subsidiariamente pela Lei 8.112/1990, com termo inicial na ciência do fato pela autoridade competente para instaurar o processo disciplinar

ODS16

O prazo prescricional da ação de improbidade, em caso de atos correspondentes a crimes cometidos por magistrados estaduais, é regulado pela Lei n. 8.112/1990, ante o silêncio da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN).

O termo inicial do prazo prescricional é a data em que a autoridade competente para instaurar o processo administrativo disciplinar toma ciência do fato.

STJ. 2ª Turma. AgInt no AREsp 2.630.083-SP, Rel. Min. Afrânio Vilela, julgado em 26/2/2025 (Info 845).

DIREITO CIVIL

CONTRATOS > SEGURO DE VIDA

A omissão de dados relevantes pelo segurado, como a idade, pode acarretar a perda do direito à indenização securitária, nos termos do art. 766 do Código Civil

ODS 16

Caso hipotético: João, um empresário de 67 anos, aderiu a um seguro de vida coletivo cuja apólice previa expressamente a exclusão de pessoas com mais de 65 anos. Ao preencher a proposta, ele omitiu sua idade, e a seguradora aceitou o contrato sem verificar essa informação. Após um ano de pagamento regular dos prêmios, João faleceu, e sua esposa, Regina, solicitou a indenização. A seguradora negou o pagamento alegando omissão relevante que afetava a aceitação do risco, o que levou Regina a ajuizar ação de cobrança.

A sentença de primeira instância foi desfavorável a Regina, com base no art. 766 do Código Civil, que prevê a perda da garantia em caso de omissão de dados relevantes. O Tribunal de Justiça confirmou a decisão. Regina recorreu ao STJ, alegando que a seguradora já conhecia a idade de João por meio de documentos pessoais.

O STJ negou provimento ao recurso, destacando que João não atendeu aos critérios contratuais e que a omissão da idade, ainda que sem má-fé comprovada, inviabilizava a indenização, pois a cláusula de limite etário era objetiva. A corte reafirmou a jurisprudência de que a omissão de dados relevantes, mesmo sem dolo, pode excluir a cobertura do seguro, especialmente em contratos coletivos com regras específicas.

STJ. 4ª Turma. REsp 1.970.488-SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 24/2/2025 (Info 845).

DIREITO DO CONSUMIDOR

PLANO DE SAÚDE

É obrigatória a cobertura pela operadora do plano de saúde de sessões de terapia especializada prescritas para o tratamento de transtorno do espectro autista (TEA), especificadamente musicoterapia, equoterapia e hidroterapia

ODS 3 E 16

É abusiva a recusa de cobertura, por plano de saúde, de sessões de terapias especializadas prescritas para o tratamento do transtorno do espectro autista (TEA), inclusive quando se trata de práticas como musicoterapia, equoterapia e hidroterapia, desde que recomendadas por profissional habilitado.

A musicoterapia, por integrar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, é de cobertura obrigatória quando indicada no tratamento multidisciplinar por profissional especializado.

A equoterapia, reconhecida pela Lei 13.830/2019 como método de reabilitação voltado ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência, é de cobertura obrigatória quando indicada por equipe multidisciplinar e aprovada em avaliações médicas e psicológicas.

A hidroterapia também integra o tratamento multidisciplinar do atraso global do desenvolvimento e deve ser coberta pelo plano de saúde.

STJ. 3ª Turma. AgInt no REsp 2.161.153-SP, Rel. Min. Nancy Andriighi, julgado em 10/2/2025 (Info 845).

PLANO DE SAÚDE

Quando a autora pediu o tratamento ele não estava incluído no rol da ANS; no curso do processo, houve a inclusão; essa inclusão supre a necessidade de comprovação científica de sua eficácia e confirma a obrigatoriedade de cobertura pelo plano de saúde

ODS 3 E 16

O cumprimento dos requisitos para a cobertura de tratamento fora do rol da ANS, em especial, a verificação de sua eficácia científica do tratamento proposto, resta superado quando da inclusão da terapêutica na referida lista.

STJ. 3ª Turma. AgInt no AREsp 2.757.775-RJ, Rel. Min. Nancy Andrigli, julgado em 10/2/2025 (Info 845).

SUPERENDIVIDAMENTO

As sanções previstas no art. 104-A, § 2º, do CDC não se aplicam ao credor que comparece à audiência com advogado munido de poderes para transigir, ainda que não apresente proposta de acordo, salvo hipóteses excepcionais que justifiquem o deferimento de cautelar pelo juiz

ODS 16

Caso hipotético: João ajuizou ação de repactuação de dívidas com base na Lei do Superendividamento (Lei nº 14.181/2021), alegando que suas dívidas comprometeriam seu mínimo existencial. O autor buscava renegociar judicialmente todos os seus débitos para preservar sua dignidade e reorganizar sua vida financeira.

Foi realizada audiência de conciliação com presença dos credores, incluindo o Banco Alfa, que, embora tenha comparecido com representante legal com poderes para transigir, não apresentou proposta concreta de acordo.

O juiz de primeira instância entendeu que a ausência de proposta por parte do banco equivalia à ausência injustificada prevista no § 2º do art. 104-A do CDC, aplicando as penalidades legais: suspensão da exigibilidade da dívida, interrupção dos encargos da mora e sujeição compulsória ao plano proposto pelo consumidor.

O banco recorreu, alegando que a lei exige apenas o comparecimento com poderes para negociar, não havendo obrigação de apresentar proposta.

O STJ deu razão ao banco, esclarecendo que o dever de apresentar proposta de pagamento cabe ao consumidor superendividado e que a ausência de proposta por parte do credor, desde que este tenha comparecido com poderes para negociar, não justifica a aplicação automática das penalidades do § 2º do art. 104-A.

As medidas sancionatórias só podem ser aplicadas com base em fundamentos cautelares devidamente justificados na fase judicial de revisão e repactuação, não sendo cabíveis por analogia em razão da mera ausência de proposta.

Em suma: por ser ônus do devedor a apresentação de proposta conciliatória, deve ser afastada a aplicação das consequências do art. 104-A, § 2º, do CDC, ao credor que compareceu à audiência com advogado com poderes para transigir, e não apresentou proposta de acordo, sem serem identificados motivos de ordem cautelar.

STJ. 3ª Turma. REsp 2.191.259-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 20/3/2025 (Info 845).

DIREITO EMPRESARIAL

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Crédito oriundo de fiança bancária somente se submete à recuperação judicial se o pagamento pelo fiador ocorrer antes do pedido de recuperação

ODS 16

Caso adaptado: em 2011, a Construtora OAS firmou contrato com a estatal NIDCO, de Trinidad e Tobago, para construção de uma rodovia, contando com garantias financeiras do Banco BNP BRASIL, que atuou como fiador por meio de contratos de fiança bancária.

Em 2015, a OAS entrou em recuperação judicial, mas continuou cumprindo suas obrigações contratuais até 2016, quando, já sob o regime de recuperação, tornou-se inadimplente.

A NIDCO então acionou o banco, que pagou R\$ 45 milhões pela inadimplência da Construtora e buscou reaver o valor, se sub-rogando nos direitos do credor original.

A Construtora sustentou que o crédito do banco era concursal, pois os contratos de fiança foram firmados antes do pedido de recuperação, e por isso deveriam estar sujeitos ao plano aprovado. Contudo, o STJ entendeu que o crédito do banco é extraconcursal, pois seu fato gerador – o pagamento da garantia pela inadimplência da OAS – ocorreu após o pedido de recuperação.

Classifica-se como extraconcursal o crédito advindo da subrogação da instituição financeira sobre o valor da fiança por ela honrada em contrato de garantia, quando a mora é constituída após o pedido de recuperação judicial.

STJ. 4ª Turma. AgInt no REsp 1.847.065-SP, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 11/2/2025 (Info 845).

DIREITO PENAL

DOSIMETRIA DA PENA > CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES > CONFISSÃO

A confissão informal não pode ser considerada para fins de aplicação da atenuante da confissão espontânea

Importante!!!

ODS 16

1. A confissão informal não pode ser considerada para fins de aplicação da atenuante da confissão espontânea.

2. A confissão informal carece de garantias mínimas de autenticidade e contraditório formal, sendo inadmissível no processo penal.

STJ. 5ª Turma. AREsp 2.313.703-SP, Rel. Min. Daniela Teixeira, Rel. para acórdão Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 4/2/2025 (Info 845).

Atenção. A confissão informal não deve ser usada como argumento para condenar o réu. No entanto, o juiz, indevidamente, usar a confissão informal para condenar o réu, ele também deverá aplicar a atenuante: STJ. 5ª Turma. AgRg no AREsp n. 2.739.660/RJ, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 11/3/2025; STJ. 6ª Turma. REsp n. 2.185.729/MG, Rel. Min. Otávio de Almeida Toledo (Desembargador Convocado do TJSP), julgado em 11/3/2025.

CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA

É indispensável a comprovação do dolo para a configuração do crime do art. 1º, I, da Lei 8.176/1991, sendo inadmissível a responsabilização penal objetiva

ODS 16

O crime de perigo abstrato não dispensa a comprovação do dolo específico, sendo vedada a responsabilização penal objetiva.

A ausência de dolo, demonstrada pela falta de provas de que o acusado tinha intenção deliberada de lesar o consumidor, impede a subsunção da conduta ao tipo penal descrito no art. 1º, inciso I, da Lei 8.176/1991.

A condenação fundada apenas na violação da norma sem a devida comprovação do dolo é incompatível com os princípios fundamentais do Direito Penal, notadamente a presunção de inocência e a necessidade de intervenção mínima.

STJ. 5ª Turma. AgRg no AgRg no AREsp 2.310.819-BA, Rel. Min. Messod Azulay Neto, julgado em 4/2/2025 (Info 845).

**DIREITO PENAL E
PROCESSUAL PENAL MILITAR**

RECURSOS

O Ministério Público tem legitimidade para interpor embargos infringentes no processo penal militar, não sendo um recurso exclusivo da defesa

ODS 16

O Ministério Público possui legitimidade para interpor embargos infringentes no âmbito do Código de Processo Penal Militar, conforme o art. 538 do CPPM.

STJ. 5ª Turma. AgRg no AREsp 2.786.049-SP, Rel. Min. Messod Azulay Neto, julgado em 20/3/2025 (Info 845).

DIREITO TRIBUTÁRIO

OUTROS TEMAS > AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Não cabe a ação de consignação em pagamento para fins de recolher o tributo em parcelas, devendo o devedor consignar o valor integral da exação

ODS 16

Não é cabível a ação de consignação em pagamento para fins de recolher o tributo em parcelas, isto é, o devedor deve consignar o valor integral da exação.

É incabível a ação de consignação em pagamento para o recolhimento parcial do tributo, sendo necessário o depósito integral da exação.

STJ. 2ª Turma. REsp 2.146.757-MT, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 11/3/2025 (Info 845).

CONTRIBUIÇÕES

**A entrega de mercadoria pelo produtor rural à cooperativa
não constitui fato gerador da contribuição social ao FUNRURAL**

ODS16

O FUNRURAL tem como fato gerador a comercialização da produção rural, nos termos do art. 25 da Lei 8.212/91, incidindo sobre a receita bruta das vendas realizadas pelo produtor.

Quando o produtor rural entrega sua produção à cooperativa, não há comercialização com terceiros, mas sim um ato interno entre cooperado e cooperativa, sem configurar operação de mercado.

Conforme o parágrafo único do art. 79 da Lei das Cooperativas, esse ato cooperativo não constitui contrato de compra e venda, sendo juridicamente distinto de uma venda comum.

Tributar essa entrega interna contrariaria a natureza do cooperativismo, que visa à atuação coletiva em benefício dos associados, e não ao lucro típico de empresas convencionais.

STJ. 1ª Turma. AgInt no REsp 2.158.588-SC, Rel. Min. Paulo Sérgio Domingues, julgado em 17/2/2025 (Info 845).